

editorial

As ruas do Brasil receberam milhares de mulheres que, neste Dia Internacional da Mulher, marcharam, discursaram, cantaram e denunciaram a situação em que se encontram.

As mulheres se declararam em movimento: porque continuam lutando por igualdade e pelo direito de decidir os rumos do país, de suas vidas e seus corpos; contra a discriminação e a violência doméstica e sexual. Também saíram às ruas para denunciar as consequências das políticas de Fernando Henrique e de seus acordos com o FMI, Banco Mundial e outros, além de repudiarem a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e as alterações na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Eram lideranças feministas, jovens estudantes, mulheres negras, indígenas e de movimentos populares, trabalhadoras rurais que, nas mais variadas partes do país, apresentaram para a sociedade as razões de lá estarem. Além de passeatas e atos, também ocorreram oficinas temáticas, debates e eventos discutindo e relatando questões sobre saúde e direitos reprodutivos, direitos trabalhistas, economia e política.

Neste 8 de março, mulheres engajadas na Marcha Mundial estiveram entre as principais articuladoras e organizadoras dos atos, construindo o tom nacional das manifestações e demonstrando a capacidade de se constituir uma ação feminista permanente, de interferir na conjuntura imprimindo uma marca feminista nas lutas sociais, nacionais e internacionais.

Mais uma vez, lamentamos a cobertura da imprensa, que não foi capaz de relatar o que se passou, de mostrar a verdadeira indignação das mulheres e seus anseios por um outro mundo.

As Sempre vivas



Mulheres repudiam a Alca durante a passeata do 8 de Março

Uma outra América é possível

Por Fernanda Estima e Miriam Nobre

A implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) representa um ataque ao nosso sistema produtivo e redução da soberania nacional. Uma área de livre comércio prejudica o desenvolvimento brasileiro, gera mais riqueza aos mais poderosos e levará as mulheres a uma situação ainda mais difícil do que a atual.

A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foi lançada por líderes de países das Américas do Norte, Central e do Sul e do Caribe, em 1994. Os governantes dos Estados Unidos querem criar um acordo de livre comércio que se estenda do norte do Canadá até o sul da Argentina. Um acordo de integração econômica do Hemisfério é uma extensão do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), que gerou graves consequências para os países membro – sempre os maiores prejuízos sobrando para os mais fracos.

O 'livre comércio' defendido pelo governo norte-americano, suas indústrias e corporações é apresentado para "facilitar e estimular as trocas comerciais" entre os países das três Américas, exceto Cuba. Propõe a liberalização das compras, inclusive governamentais, dos investimentos e mercado financeiro, do setor de serviços e do regime de propriedade intelectual. Seriam também prejudicados o controle de patentes e royalties, o mercado de trabalho passa a ser flexível e precarizado (serão simples coincidências as alterações na CLT brasileira?).

As questões elencadas pelo movimento de entidades que dizem não à Alca são várias: risco de desindustrialização nacional; marginalização da agricultura familiar; eliminação da soberania nacional e maior limitação dos direitos democráticos; dissolução da identidade cultural; aprofundamento das privatizações dos serviços sociais e da medicina, entre outros ataques.

Na verdade, o acordo representa muito mais do que a liberalização das trocas. É uma necessidade da economia norte-americana e do capitalismo internacional, com o pretexto da integração e das trocas econômicas. A Alca representa, concretamente, uma estratégia dos Estados Unidos para alcançar a hegemonia em toda a região e aprofundará a fome e a miséria da população, passando o mercado a ser prioridade, em detrimento das necessidades dos seres humanos.

As negociações sigilosas para criação e implantação da Alca são acompanhadas de perto pelas grandes empresas e suas associações. Nos Estados Unidos, diversos comitês empresariais orientam os negociadores americanos e mais de 500 representantes empresariais têm acesso a documentos de negociação.

Com uma população de 800 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) de 11 trilhões de dólares, a Alca seria a maior zona de livre comércio do mundo, com acordos comerciais que atingiriam todos os aspectos da vida das cidadãs e cidadãos das Américas. Esse tipo de acordo criará vantagens para o país que detém a hegemonia tecnológica e econômica.

É possível saber com razoável precisão como será a Alca: será como é o Nafta. É naquilo que for diferente assim o será para ser mais favorável aos Estados Unidos. O texto do eventual acordo vem tomando forma nas negociações que se realizam em nove grupos negociadores e, onde devido à fragilidade e dependência dos países do Caribe e da América Central e à desar-



Marcha Mundial das Mulheres na luta pela soberania nacional

titulação e fraqueza econômica de muitos Estados da América do Sul, pode-se imaginar que as propostas norte-americanas apresentadas nestes grupos terão grande possibilidade de êxito.

Mas as estratégias dos movimentos sociais que estão contra a Alca não são, no entanto, as únicas presentes na esquerda brasileira. Alguns setores, movendo-se por um suposto pragmatismo, consideram que a Área de Livre Comércio é um fato e que nos caberia pressionar o governo brasileiro para que este negocie melhores condições, inclusive partindo de uma posição de liderança na América Latina e no Mercosul.

Reeditam a posição de uma Alca social ou com direitos humanos que incluía capítulos sobre alívio à pobreza, respeito a acordos da OIT ou a participação da sociedade civil. Esta posição foi derrotada na Assembléia dos Povos, organizada pela Aliança Social Continental (ASC) em abril de 2001, em Québec. As mulheres da Marcha Mundial contribuíram muito para esta decisão, intervindo de forma organizada em todos os fóruns temáticos para defender a posição de não à Alca.

O debate entre as posições que se resumem nas expressões “Alca social” e “Não à Alca” aconteceu em um cenário onde havia milhares de ativistas anti-globalização nas ruas e o exército cercava a reunião de presidentes dos países das Américas. Estas diferentes posições se refletem em diferentes visões sobre o sentido fundamental da

mobilização e da luta política: criar melhores condições de negociação ou ser o motor de transformação.

A sociedade brasileira deve lutar desde já em defesa de preservar o direito soberano de ter o Brasil uma política de desenvolvimento, que deve ser constituída por instrumentos de política comercial, industrial e tecnológica que uma futura Alca viria a impedir definitiva e legalmente.

A campanha contra a Alca

Várias organizações que trabalharam juntas no Plebiscito da Dívida Externa em 2000 decidiram realizar uma campanha contra a Alca no Brasil. A campanha prevê atividades de formação, propaganda, mobilização, com eventos simultâneos por todo o país. No início de abril se iniciam nos Estados cursos sobre a Alca e suas conseqüências para a América Latina com pelo menos mil pessoas em cada atividade. Seu ponto alto será o plebiscito que acontece de 1º a 7 de setembro de 2002.

A campanha brasileira propôs, na assembléia da ASC, a realização de um plebiscito continental, com consultas nos países no período entre setembro de 2002 e abril de 2003. As redes continentais envolvidas na organização do plebiscito se reuniram antes do Fórum Social Mundial e se reencontrarão novamente no final de maio em Quito, Equador, para planejar suas atividades e realizar ações públicas. A reunião ministerial sobre a Alca acontece também em Quito no final

de outubro e, possivelmente, neste mesmo momento acontecerá o Fórum Social Mundial do continente americano.

As mulheres e o 'livre comércio'

A Marcha Mundial das Mulheres integra a coordenação da campanha brasileira e participa da articulação de redes continentais. Além do envolvimento nos comitês estaduais e a participação nas atividades gerais, a Marcha está trabalhando o tema com as mulheres. Durante o Fórum Social Mundial, na passeata contra a Alca, foi organizado um bloco feminista com mulheres de vários países e muita animação. Com músicas e palavras de ordem, a Alca foi condenada e a América que queremos afirmada, sem machismo, sem desigualdade e opressão.

Em 2000, a participação na Campanha da Dívida Externa - combinada às ações na defesa das plataformas presentes na "Carta das Mulheres Brasileiras" - fortaleceu muitas mulheres para incidir no debate econômico no interior dos movimentos que já participavam ou interpelando autoridades. Foram organizadas oficinas e cursos onde eram desvendados os "mistérios" dos cadernos de economia dos jornais.

As mulheres da Marcha Mundial querem reeditar e ampliar esta experiência realizando oficinas sobre a Alca a partir de uma posição firme contra a chamada Área de Livre Comércio. Estas oficinas acontecerão em grupos de trabalhadoras urbanas e rurais, jovens e ativistas de movimentos populares e vão se juntar a outras iniciativas como visitas de casa em casa, debates em feiras e praças públicas para mobilizar a participação das mulheres no plebiscito e no conjunto da campanha.

A Marcha Mundial das Mulheres integra a campanha contra a Alca porque acredita que a soberania nacional é condição básica na conquista dos direitos que pleiteia na Carta das Mulheres Brasileiras, como emprego e salário justo, o fim da apropriação privada da biodiversidade e da privatização de bens públicos e recursos naturais como a água.

A Alca seria mais um daqueles acordos onde só os pobres perdem e os ricos continuam ganhando muito. Para as mulheres latino-americanas, a Alca significa mais discriminação, maior exploração no trabalho e redução do seu valor social ao simples valor de mercado.

As zonas francas de exportação pelo mundo afora se caracterizam por ter um alto número de mulheres jovens (90% de toda a mão-de-obra), salários muito baixos e jornadas demasiadas longas (entre 12 e 14 horas), uma total ausência de serviços sociais e um tipo de trabalho árduo e perigoso, com total descumprimento de normas trabalhistas mínimas e a ausência de direitos sindicais. O surgimento das "maquiladoras" (expressão originada nas zonas de comércio livre de Maquila, norte do México) é o exemplo mais concreto da implantação do Nafta.

Se as incursões neoliberais dos últimos anos empurraram o contingente feminino empobrecido ainda mais abaixo da linha da pobreza, a implantação da Alca aprofundará ainda mais essa situação. As mulheres representam 70% das pessoas mais carentes e as políticas macroeconômicas em curso no mundo afetam de forma diferente os homens e as mulheres: 75% dos 4,5 milhões de pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia são mulheres e crianças.

As pequenas produções agrícolas, onde está grande parte da mão-de-obra feminina, serão as primeiras vítimas com a implantação de uma área de livre comércio. Questões relativas à saúde e educação são também exemplos das consequências da Alca na vida das mulheres. As micro e pequenas empresas, que têm grande número de mulheres em seus comandos, serão atacadas fortemente, pois a "livre concorrência" nos moldes neoliberalizantes, não dá chance alguma aos mais fracos.

O fato é que a Alca é prejudicial para mulheres, homens, crianças e meio-ambiente porque produz, na sua essência, mais desigualdade, mais pobreza e injustiça social.

Consequências nefastas do Nafta

A aplicação do conceito de Área de Livre Comércio no continente americano começou em janeiro de 1994, com o surgimento do Nafta (Área de Livre Comércio da América do Norte), abrangendo os Estados Unidos, o Canadá e o México. A experiência tem sido arrasadora para os povos daquela região:

- ✓ Perda de soberania do Estado do México;
- ✓ Destruição da legislação ambiental e de áreas de proteção ambiental no território mexicano;
- ✓ Roubo do conhecimento tradicional, patenteamento de sementes dos povos indígenas mexicanos e criação de sementes transgênicas;
- ✓ Ampliação das desigualdades regionais e de renda no México;
- ✓ A economia mexicana passou a ser controlada pelas grandes empresas dos Estados Unidos;
- ✓ 200 mil postos de trabalho foram fechados no México, somente no setor privado, no ano 2000;
- ✓ Antes do Nafta, 49% dos mexicanos viviam na pobreza. Hoje, são 75%;
- ✓ Ampliação do desemprego em diversas regiões dos três países devido ao fechamento de empresas em busca de mão-de-obra mais barata;
- ✓ Redução do nível salarial dos trabalhadores nos três países;
- ✓ Precarização ainda maior das relações trabalhistas;
- ✓ Aumento da exclusão social em toda a região abrangida pelo Nafta;
- ✓ Submissão ainda maior dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário dos três países ao poder das grandes empresas norte-americanas.



Perspectivas de Gênero

Por Fernanda Estima



Acaba de sair o livro *Perspectivas de Gênero. Debates e questões para as ONGs*, editado pela Plataforma de Contrapartes Novib e SOS Corpo. A publicação é um indicador de que tem crescido o debate sobre a importância da inserção da perspectiva de gênero nas propostas e programas das organizações não-governamentais (ONGs). Tal interesse tem se ampliado para além das organizações que trabalham com as mulheres.

Os temas do livro emergiram em um laboratório com cerca de 50 ONGs parceiras da Novib no Brasil que debateu quais questões seriam prioritárias no

esboço de um recorte de gênero norteador para as práticas. A partir daí, desencadeou-se um processo de oficinas e reuniões sobre aspectos diversificados referentes às áreas de intervenção.

Segundo as/os coordenadoras/es da publicação, “o livro traz em sua gênese a marca da obra coletiva e guarda estreita relação com as inquietações das ONGs brasileiras” que buscam contribuir para a eliminação das desigualdades de gênero.

A publicação está organizada em duas partes: a primeira, intitulada *O Gênero no Contexto de Intervenção das ONGs*, apresenta debates sobre juventude, comunicação, meio-ambiente, geração de emprego e renda e poder. A segunda, *O Gênero no Desenvolvimento Institucional*, tem os artigos “*Sobre o problema das desigualdades de gênero no desenvolvimento e para a democracia*” e “*Escolhas Políticas: Desafios para a incorporação de gênero à prática das ONGs*”, no qual é lançado o desafio de integrar gênero no “coração das práticas” das ONGs na direção de fortalecer as ações, visando a construção de relações realmente democráticas na sociedade.

o que rola

Fórum Social Mundial

No dia 25 de março aconteceu em São Paulo a reunião do Comitê Brasileiro do Fórum Social Mundial. Estiveram presentes cerca de 40 representantes de organizações nacionais e dos fóruns estaduais e regionais. Na pauta, a avaliação do FSM 2002, calendário e funcionamento do Comitê Brasileiro. O Fórum Social foi comemorado como uma reafirmação do movimento anti-globalização em uma conjuntura adversa, pelo número de pessoas, a presença internacional, a qualidade do debate. No entanto, a fragmentação foi maior do que no FSM 2001 e considerando o objetivo central do Fórum, de promover o debate e a articulação entre os vários setores, serão necessários ajustes metodológicos e logísticos para o de 2003. O Comitê aprofundará esta discussão em um seminário a ser realizado no mês de maio.

O Fórum Social Europeu, que acontecerá em novembro, na Itália, se encontra em preparação. As companheiras européias da Marcha Mundial das Mulheres estão participando ativamente, trabalhando para que o debate feminista esteja presente no conjunto das discussões do Fórum.

No continente americano, a proposta é que o Fórum aconteça em outubro, no Equador, possivelmente na mesma data da reunião ministerial sobre a Alca.

folhafeminista

nº 32 março de 2002 ISSN 1516-8042

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Márcia Camargo, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otília Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A folha feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria
Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)
Projeto Gráfico: Alexandre Bessa
Diagramação: Márcia Helena Ramos
Fotolito: Input
Impressão: RWC Artes Gráficas
Tiragem: 2.000 exemplares
Número avulso: R\$1,50



Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
 05417-080 - São Paulo / SP
 Tel/fax: 3819-3876
 Correio Eletrônico: sof@sof.org.br
 Página na internet:
<http://www.sof.org.br>

próximos números

- MULHER E TRABALHO NA AMÉRICA LATINA
- JUVENTUDE E FEMINISMO